

Nota conjunta das Entidades Contra a PEC 65/2023

Brasília, 3 de setembro de 2024.

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Senador(a),

Nos debates que se seguem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, em relação à Proposta de Emenda à Constituição n. 65/2023 (PEC 65), têm passado despercebidos, aos olhares menos atentos, os equívocos na condução do relatório por parte do senador Plínio Valério (PSDB/AM).

O relator, que em diversas ocasiões fez questão de propalar sua suposta disposição para um debate franco e profícuo sobre a matéria, na prática se valeu do “poder da caneta” para vedar quaisquer alterações substanciais ao texto que está em suas mãos.

Para disfarçar a postura antinegocial, o congressista alega que realizou diversas reuniões com diferentes setores. Todavia, os textos até então apresentados evidenciam que o espaço para o contraditório no debate foi apenas o cumprimento de uma etapa meramente protocolar, travestida de rito democrático, **pois na prática o relator Plínio Valério não mudou nada na essência do texto e não aceitou nenhuma das sugestões nem do Governo e nem das entidades que assinam esta Nota.**

Um fato que ilustra a situação é a mais recente versão do relatório, divulgada em 14 de agosto de 2024, que desconsiderou as negociações em curso pela resolução dos problemas orçamentários do Banco Central do Brasil (BC) sem a necessidade de mudança no regime jurídico e introduziu a figura da “corporação integrante do setor público financeiro”, inexistente no direito brasileiro. O novo arranjo proposto, além de não trazer qualquer avanço, mantém a fragilização do vínculo da Autoridade Monetária com o Estado e a sociedade brasileira, além de trazer ainda mais riscos ao país com a criação de um modelo de instituição que não é suportado pelas normas e jurisprudências brasileiras.

Outro ponto que cabe destaque é a insistência do relator, inclusive já expressa verbalmente, em se livrar o mais rápido possível do assunto. Não é prudente que tema de tamanha magnitude, com repercussões amplas sobre a economia do país, seja votado de maneira açodada, sem discussões aprofundadas sobre os impactos no médio e longo prazo.

Outra intransigência da parte do Senador Plínio Valério foi a não aceitação da realização de mais Audiências Públicas sobre o tema. Muitos aspectos ainda não foram sequer discutidos, e várias questões ainda estão pendentes de respostas.

Neste sentido, visando apresentar alternativas que garantam a higidez da atuação do BC e o controle democrático da Instituição, as 4 entidades signatárias desta Nota promoverão, em 15 de outubro de 2024, de 9 às 12h, no Auditório Nereu Ramos, um seminário, com a presença de especialistas de diversas áreas que levarão suas contribuições para o aprimoramento do papel da Autarquia, em linha com as reais demandas da sociedade. As Senadoras e os Senadores, bem como suas equipes de trabalho, já estão convidados a participar.

Por tudo isso, solicitamos às Senadoras e aos Senadores que não aceitem o açodamento indevido no trato da PEC 65. Em vez disso, requeremos:

- **O adiamento da discussão da PEC 65**, a fim de todos os aspectos e todas as alternativas poderem ser debatidos de verdade; **ou**
- Se o Senador Plínio Valério insistir em apresentar de forma açodada o seu relatório para votação, **a rejeição da PEC 65**.

Certos de sua compreensão, agradecemos e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Fábio Faiad Bottini

SINAL

Edison Vitor Cardoni

SINDSEP-DF

Diego Rodrigues Aredes

SINTBACEN

Conceição Maria Silva

ANAFE